

## O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THE ROLE OF PSYCHOPEDAGOGY IN INCLUSIVE EDUCATION

Priscila Franzin da Silva<sup>1</sup>

Imaculada da Conceição de Oliveira Jesus<sup>2</sup>

Giselene de Fátima Farias<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este trabalho busca mostrar a importância da inclusão no processo de socialização e aprendizagem da criança através de utilização de metodologias pedagógicas alternativas que possibilitem o conhecimento das dificuldades de aprendizagem. Sabemos que muitos educandos são rotulados e deixados de lado por apresentarem grande dificuldade no processo de aprendizagem escolar. Sendo assim, o objetivo principal dessa pesquisa foi enfatizar a importância do diagnóstico e da intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar, que são realizadas pelo psicopedagogo em conjunto com outros profissionais. Tendo como base uma questão bibliográfica fundamentada em alguns autores com os possíveis fatores que influenciam o insucesso escolar e que precisam ser considerados na avaliação diagnóstica. Também, foram descritos algumas dificuldades de aprendizagem comuns no âmbito escolar ligado à leitura e a escrita. Através da pesquisa observou-se que quando a criança apresenta dificuldade de aprendizagem no contexto escolar, isso, lhe causa frustração, e pode desencadear outros problemas. Por isso, essas crianças precisam ser avaliadas por profissionais especializados que levantarão dados que possibilite meios de intervenção adequada no processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Inclusão. Socialização. Processo aprendizagem.

**ABSTRACT:** This paper aims to show the importance of inclusion in the process of socialization and learning of children through the use of alternative pedagogical methodologies that enable the knowledge of learning difficulties. We know that many learners are labeled and left out because they present great difficulty in the school learning process. Thus, the main objective of this research was to emphasize the importance of diagnosis and psycho-pedagogical intervention in school learning difficulties, which are performed by the psychopedagogue in conjunction with other professionals. Based on a bibliographic question based on some authors with the possible factors that influence school failure and that need to be considered in the diagnostic evaluation. Also, some common learning disabilities in reading and writing have been described. Through research it was observed that when the child has learning difficulties in the school context, this causes frustration, and can trigger other problems. Therefore, these children need to be evaluated by specialized professionals who will gather data to enable adequate intervention in the learning process.

**Keywords:** Inclusion. Socialization. Learning process.

<sup>1</sup>Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso. [priscilafrazinsilva@gmail.com](mailto:priscilafrazinsilva@gmail.com)

<sup>2</sup>Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso. [Imaculada.oj@hotmail.com](mailto:Imaculada.oj@hotmail.com)

<sup>3</sup>Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso. [ggidefarias@gmail.com](mailto:ggidefarias@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Conforme trata a lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96. V. art. 58). Porque considero a nova LDB, que completou nove anos em 2005, no que tange a Educação Especial, uma legislação de vanguarda e contraditória porque, ao mesmo tempo em que ela assegura direitos pleiteados aos alunos com necessidades educacionais especiais, em tempos de defesa das práticas inclusivas, cria a possibilidade da inclusão desses alunos, preferencialmente na rede regular de ensino, ela mantém a possibilidade de atendimento segregacionista se o processo pedagógico assim o recomendar. Antes que qualquer sentimento de oposição ou resistência se cristalice em relação à postura da legislação educacional brasileira, é necessário compreender o contexto em que vivemos e suas diversidades.

O movimento mundial em prol do paradigma da aprendizagem da inclusão educacional originado na Conferência Mundial de Educação para todos (Jontiem na Tailândia, 1990) e posteriormente, a declaração de Salamanca (1994). Compromisso também assumido pelo Ministério da Educação do Brasil.

A partir desses pronunciamentos, tornou-se compromisso universal, a implantação de políticas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

Existem ações políticas bem avançadas nos objetivo de garantir acesso e a permanência, em êxito, das crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil (creche e pré-escola) da rede regular de ensino, organizar e redimensionar os programas de estimulação precoce e das classes pré-escolares pertencentes às instituições de educação especial. Apoiar o processo de transição dos alunos atendidos anteriormente nos centros de educação especial para a rede regular de ensino, por meio de ações integradas de apoio à inclusão.

Essas políticas configuram uma filosofia de ação conjunta entre educação geral e especial, constituindo-se de valiosas iniciativas nas suas vertentes humanas e sociais na área da educação, estendendo-se ao lar e a comunidade. Os benefícios decorrentes da inclusão repercutem nesse contingente populacional e estende-se a todas as crianças, independente de suas condições físicas, psicológicas e sociais.

Contemplar a “Declaração de Salamanca” assinando por diversos países em 1994. Tal documento, que marcou época, determina a transformação das instituições educacionais em

“escolas para todos”, que tem como princípio orientador a inclusão de todos os alunos, em seu contexto educacional e comunitário como pessoa autônoma, inserida num determinado contexto sócio, histórico e cultural. A necessidade da implementação de uma pedagogia voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno em diferente contexto, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar a todos os alunos.

Nessas novas perspectivas, a educação assume as funções: social, cultural e políticas, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, através das interações que estabelecem com o meio. Essa escola promove a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta, flexível e acolhedora.

Sendo assim partir destas colocações, percebe-se que as dificuldades de aprendizagem precisam ser diagnosticadas para uma intervenção adequada. Podemos perceber o olhar de diferentes profissionais especializados permite avaliar as várias dimensões do processo de aprendizagem escolar da criança.

O problema consiste em: Qual é a importância da realização psicopedagógica uma intervenção adequada na Educação Especial?

A metodologia de trabalho da psicopedagogia foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, mediante a análise de livros, sites da internet, artigos científicos.

## **2. INCLUSÃO PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

A inclusão é definida por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno. Essa abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com currículo que contemple a criança em desenvolvimento, os aspectos de ação medidora nas inter-relações entre a criança, professores e seus familiares, atendendo às suas especificidades no contexto de convivência.

A educação inclusiva é uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que as escolas se modernizem e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que está desafiando o cotidiano escolar brasileiro. E que estas barreiras vêm a ser superadas por todos profissionais da

educação, comunidade, pais e alunos. Precisamos buscar cada vez mais a aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano se sentir, agir e pensar.

A importância da inclusão educacional em contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidade educacionais especiais, a educação Inclusiva favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças. Todos os alunos saem ganhando ao receber uma metodologia de ensino individualizado e ao depor de mais recursos na educação inclusiva serão também obedecidos os princípios de igualdade de viver socialmente com direitos privilegiados e deveres iguais; participação ativa na interação social e observância de direitos e deveres instituídos pela sociedade. É exigida uma maior competência profissional, projetos educacionais mais bem elaborados, currículos adaptados às necessidades dos alunos, surgindo, conseqüentemente, uma gama maior de possibilidade de recurso educacionais. Isto significa que há necessidade dos governos manterem seus profissionais atualizados, para que se tornem capazes de desempenhar um papel fundamental na aprendizagem de seus alunos.

Apesar de garantir na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. É preciso, antes de qualquer ponto, que os professores se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores de necessidades educacionais especiais. É importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade. Desta forma nós podemos observa que a lei que ampara o aluno com necessidades especiais tem causado várias discussões sobre o assunto entre os educadores. Se nós queremos realmente uma sociedade justa e igualitária em que todas as pessoas tenham valores iguais e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para posicionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está sugerindo.

Hoje na escola cada indivíduo apresenta a sua bagagem, uns diferem dos outros, quer seja pela genética, pelo meio em que vive, pelos seus anseios e desejos. Assim como as dificuldades na escola podem acontecer por vários fatores, tais como: a escola propriamente

dita, sua cultura, sua política, seus professores, a relação do corpo docente e discente e a metodologia aplicada.

### 3. O PSICOPEDAGOGO E OS DESAFIOS DE APRENDIZAGEM

As dificuldades de aprendizagem passaram a ser compreendidas de acordo com a interação de diversos fatores escolares e familiares. Nesse sentido, a Psicopedagogia colabora com a escola, haja vista que é no âmbito desta instituição que a aprendizagem socialmente reconhecida acontece. O psicopedagogo atua no cotidiano pedagógico, mas, agora, já não procura por causas e soluções em si mesma.

Outros fatores, que estão fora do ambiente escolar, também contribuem com as dificuldades de aprendizagem e podem ser: orgânicos, emocionais, culturais, intelectuais, familiares e outros fatores mais específicos, como por exemplo, dislexia, disgrafia, discalculia; estes considerados transtornos ou distúrbios, que devem ser devidamente diagnosticados quando percebidos.

Segundo Fonseca (1995), muitas das aprendizagens se adquire por imitação e por simples interação social, outras, porém, só se adquirem em situações estruturadas, que exigem a participação e mediatização de um adulto científica e culturalmente preparado.

No processo educacional o papel de quem ensina e de como aprende é fator importantíssimo para que professores e alunos criem vínculos indispensáveis para a aprendizagem. Este processo precisa ser construído de maneira sócio interacionista, pois ensinar e aprender envolve o professor, o aluno e o meio onde se dá a aprendizagem.

Nos encontros pedagógicos das escolas em geral ouvem-se queixas de professores, como forma de desabafo e também para tirar de suas costas, a responsabilidade da não aprendizagem, de grande parte de seus alunos. Expressões como: o aluno é preguiçoso e desatento; lento para copiar, escrever e resolver as atividades faz parte do cotidiano, da maioria das escolas e a interação professor/aluno pouco tem contribuído como fator facilitador de aprendizagens. Na maioria das vezes a discussão é gerada apenas em torno do foco “alunos que não querem aprender” e “pais que não interessam pelos seus filhos e que não comparecem à escola”. Usam como estratégia de responsabilidade, o aluno, pelo seu próprio fracasso escolar.

Bossa (2000) também faz menção que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a diversos fatores. “Sabemos que o sentido das aprendizagens é o único e particular na vida de cada um, e que inúmeros são os fatores afetivo-emocionais que podem impedir o investimento energético necessário às aquisições escolares” (BOSSA, 2000, p.18).

O problema de aprendizagem não tem origem apenas cognitiva e atribuir ao próprio aluno o seu fracasso, sem considerar as condições de aprendizagem, que a escola oferece para o aluno e outros fatores extras- escolares, é reforçar fracasso tanto do aluno como da escola. As dificuldades de aprendizagem interferem consideravelmente na vida do cidadão e quanto mais precocemente forem observadas tanto melhor será o seu diagnóstico e o seu tratamento. É importante que o trabalho psicopedagógico seja realizado em todos os momentos da vida escolar e com todos os alunos.

No entanto, independente do fator que influencia negativamente a aprendizagem, é preciso o quanto antes identificar e tratar essas dificuldades. De acordo com Smith e Strick (2001) o fracasso escolar pode desencadear comportamentos e problemas que prejudicam ainda mais a criança. “Muitos se sentem furiosos e põem para fora, fisicamente, tal sensação; outros se tornam ansiosos e deprimidos. De qualquer modo, essas crianças tendem a isolar-se e, com frequência sofrem de solidão, bem como de baixa autoestima”. (SMITH e STRICK, 2001, p. 16).

Por isso, não apenas os pais, mas o professor e todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da criança precisam apresentar um olhar atento a esses sintomas para identificar as causas e intervir o quanto antes.

Sabemos que por outro lado a escola e família compartilhando o interesse em comum de fazer sempre o bem e de ajudar a criança o máximo possível tentam educa-lo, embora para alguns trata-se apenas de um filho e para o professor apenas de um aluno, destes casos uma boa e verdadeira colaboração em nível de igualdade passando por um respeito mútuo, requer um nível de confiança. No entanto os pais devem confiar no profissionalismo dos professores, não de forma cega, mas mediante a informação, a comparação de pontos de vista e o dialogo em torno de temas de seus interesses.

A orientação do Psicopedagogo Institucional junto ao professor deve ser constante, discutindo não apenas a relação professor e aluno, mas também as que dizem respeito ao conteúdo, atuação do aluno, formas de avaliação e até mesmo a relação e receptividade com

os pais. Desta forma o professor poderá rever constantemente na sua prática a relação afetiva e as dificuldades vivenciadas na relação com o aluno e saber esperar pela resposta da sua produção.

A escola deve investir, além do psicopedagogo, no quadro de seus profissionais, isto é, ter colaboradores, entre outros, psicólogo, fonoaudiólogo, psicoterapeuta, psicomotricista e médico e dar atenção especial aos seus professores que são primordiais para que a o processo ensino-aprendizagem aconteça.

É importante que os professores tenham clareza que não há método bom ou ruim. Há sim métodos que servem para determinados alunos e não para outros. Não é porque um aluno não aprende por um método que concluiremos que não aprenderá. Não podemos nos fechar num único método e sim priorizar diversas formas de ensinar, tendo em vista que cada ser humano é único, individual e tem sua forma, ritmo e momento de aprender.

O educador deve ter a preocupação em torno de como alcançar intervenções pedagógicas adequadas para que os alunos avancem em seus conhecimentos. Estas são assuntos que rodam o dia-a-dia dos educadores comprometidos com sua prática, que almejam que seus educandos estejam envolvidos em uma realidade de sucesso escolar e não do fracasso.

Deste modo, a compreensão e reflexão do educador sobre a sua prática é fundamental para que o mesmo avalie sua ação produzindo estratégias capazes de favorecer o aprendizado dos alunos. Assim, precisa estar atento a como os alunos estão respondendo às suas intervenções pedagógicas.

A atuação psicopedagógica, enquanto protetora e facilitadora das relações, repercutirá em envolvimento na manutenção de um sistema familiar com uma saudável circulação do conhecimento, possibilitando o equilíbrio de poder entre seus membros, clareza na definição de papéis e de limites.

Assim o educador deverá ensinar a pensar, onde seus alunos devem entender o significado das atividades escolares, facilitar que o aluno compreenda o quê e o para quê da tarefa, assim como os critérios de avaliação; o aluno precisa saber o que o professor espera dele diante de cada tarefa proposta, deve favorecer a participação e a autonomia dos alunos, dando-lhe a oportunidade de participar de sua vida escolar. Para Pontes (2018) o educador,

aquele que motiva para o saber, deve estar preparado para acompanhar a nova geração de alunos tecnológicos.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de estudos realizados e pesquisas chegaram ao entendimento de que a inclusão na rede regular de ensino é um novo desafio tanto para o sistema educacional quanto para o profissional da educação.

A inclusão educacional não é somente um fator que envolve pessoas, mas também as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e conseqüentemente mais humana. Dessa maneira, fazendo essas trocas sociais surge o sentimento de mútua ajuda, e quase que naturalmente e num tempo mais rápido, faz do ambiente escolar o principal veículo para o surgimento do verdadeiro espírito de solidariedade, da socialização e dos alicerces dos princípios de cidadania.

Além de contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, a Educação Inclusiva favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças. O professor precisa ter criatividade para encontrar formas diferentes para o aluno aprender, sem seguir uma receita igual para todos.

### REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. D. et alii. Aprendendo e ensinando a lidar com deficiências na comunidade. Manual 1º e 2º fascículos. São Paulo: s.l., 1993.

BRASIL. Leis, etc. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de Aprendizagem: O que são? E como tratá-las?** 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DECLARAÇÃO de salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: s.l., 1994.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** 2 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.



# Revista Psicologia & Saberes

---

ISSN 2316-1124

v. 8, n. 12, 2019

MAZZOTA, M. J. de S. Inclusão e Integração ou chaves da Vida Humana. In: \_\_. Anais do Congresso ibero-americano de Educação Especial. Brasília: Editora Qualidade, 1998.

PONTES, Edel Alexandre Silva. O ATO DE ENSINAR DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Ensaio Pedagógico**, v. 2, n. 2, p. 109-115, 2018.